

Câmara quer estreitar já os novos poderes

BRASÍLIA — A Comissão de Orçamento da Câmara, que deverá ser instalada hoje, pretende usar os dispositivos estabelecidos pela nova Constituição para alterar o Orçamento Geral da União caso julgue necessário. Não há intenção declarada de mexer na proposta enviada pelo Executivo em 31 de agosto, mas o Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), acha que o Congresso "tem de defender o poder de fazê-lo".

Ele considera, no entanto, que, inicialmente, os membros da Comissão terão necessidade de ajuda técnica do Executivo para analisar o Orçamento:

— É um processo evolutivo. O Congresso era mero carimbador, se atrofiou, mas a função faz o órgão. Nós vamos enfrentar isso.

O fisiologismo observado em alguns setores da Constituinte também preocupa o Presidente da Comissão de Orçamento. No entanto, Cid Carvalho se considera responsável e consciente de sua missão:

— Se agirmos fora do tom deveremos ser substituídos.

O Deputado ainda não teve tempo de analisar o Orçamento da União, mas concorda com a proposta de cortes nos gastos públicos formulada pelo Executivo e subscreve os argumentos da área econômica, em defesa dessa estratégia.

— O Governo fez o que foi possível. Foi a própria Constituinte que propôs profundas alterações na distribuição dos recursos federais — acentuou, referindo-se à reforma tributária, que tirou recursos da União para repassá-los aos Governos estaduais e municipais.

Europeus se preocupam com texto protecionista

SÃO PAULO — O Vice-Presidente da delegação para relações com a América Latina do Parlamento Europeu, Joaquim Muns, afirmou que a Comunidade Econômica Européia vê com certo descontentamento o caráter protecionista da nova Constituição brasileira. Em palestra ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ele disse que o empresário move-se por percepção e o tratamento dado às empresas estrangeiras pela Constituinte pode inibir investimentos no Brasil.

Na opinião de Muns, que já foi Diretor do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), os países da América do Sul precisam diversificar suas economias, eliminar barreiras protecionistas, e abrir seus mercados ao capital estrangeiro, pois só assim poderão integrar-se de forma mais efetiva ao comércio internacional e aumentar o volume de trocas com a Comunidade Econômica Européia e outros blocos econômicos mundiais.

Falando especificamente sobre o Brasil, o representante do Parlamento Europeu, que está no Brasil acompanhando a comitiva do Presidente da Catalunha, Jordi Pujol, comentou que a maior preocupação dos investidores é com a inflação elevada e com a questão da dívida externa. Segundo ele, esses assuntos são frequentes no Parlamento Europeu e já existe um entendimento entre os parlamentares, aceito pelos governantes, de que é necessário reduzir os juros e parte do principal da dívida dos países do Terceiro Mundo.

Joaquim Muns disse que os bancos já estão mais flexíveis e aceitam esta proposta.

Empresário adverte que mulher será prejudicada

SÃO PAULO — O Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), empresário Einar Koch, afirmou ontem que o aumento do prazo da licença maternidade, de três para quatro meses, aprovado pela Constituinte, "deverá alimentar a discriminação contra o trabalho feminino, principalmente no setor rural".

A suposição do empresário encontra fundamento em dados da Delegacia regional do Sistema Nacional de Emprego (Sine) em São Paulo: das 661 pessoas empregadas na Capital, no mês passado, 480 eram do sexo masculino, ou sejam 72 por cento.

Segundo Koch, que foi Secretário da Indústria e Comércio no Governo de Franco Montoro, a licença maternidade de 120 dias é um exemplo de benefício que acabará tendo efeito inverso ao desejado.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ainda não se manifestou sobre o texto final da nova Constituição. A comissão de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte, criada pela Fiesp, ainda estuda o texto e pretende divulgar um documento a respeito na semana que vem.

Koch, que participou ontem de uma reunião da Diretoria executiva da Fiesp, afirmou que a economia deverá adaptar-se às novas regras constitucionais.

Mas no caso do tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, o Vice-Presidente do Ciesp prevê que as instituições financeiras acabarão por criar mecanismos para burlar o tabelamento inserido na Carta, decorrente de emenda do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).